

ESPAÇO E MATERIALIDADES PARA O ENSINO DO DESENHO E DE TRABALHOS MANUAIS: O CASO DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ (DÉCADA DE 1950)

Dulce Regina Baggio Osinski¹

Jacyara Batista Santini²

RESUMO

Este artigo aborda a organização do espaço, mobiliários e materiais referentes ao ensino artístico no contexto das disciplinas de Desenho e Trabalhos Manuais, constantes da grade curricular do Colégio Estadual do Paraná (CEP) na década de 1950. Para analisar a relação desses ensinamentos com as materialidades a eles associadas, utilizamos a perspectiva da Cultura Escolar por meio do diálogo com Viñao Frago, Guy Vincent, Bernard Lahire e Daniel Thin. Como fontes, foram utilizados documentos institucionais, fotografias, planta arquitetônica e artigos de jornal. Em vista das apreciações empreendidas, foi possível perceber imbricações entre materialidade, cultura escolar e ideias pedagógicas no contexto em foco.

Palavras-chave: Colégio Estadual do Paraná. Cultura Escolar. Ensino do Desenho. Trabalhos Manuais.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre o espaço destinado às disciplinas de Desenho e de Trabalhos Manuais no Colégio Estadual do Paraná (CEP), na década de 1950, implica considerar o lugar para este ensino na escola e na sociedade. Para Viñao Frago (2000), o interesse científico pelo espaço e tempo escolares no âmbito historiográfico é justificado por serem estes elementos que conformam e condicionam a vida social. Neste caso, podemos pensar na conformação da ideia de educação e de arte, expressa no ensino curricular no CEP daquele período.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2006) e Pós-doutora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente lidera o Grupo de Pesquisa em História Intelectual e Educação (GPHIE) registrado no diretório do CNPq. Tem experiência nas áreas de Educação e Arte, com ênfase em Artes Plásticas e História da Educação.

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2017-). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2016).

A Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, também conhecida por Reforma Capanema, norteava a educação brasileira de então. Por meio dela, foram estipulados os seguintes grupos de disciplinas para o curso ginasial: Línguas, Ciências e Artes. No grupo de Artes, que diz respeito à discussão em curso, eram incorporadas as disciplinas de Trabalhos Manuais, Desenho e Canto Orfeônico³. Já para os cursos Clássico e Científico permaneciam igualmente três grupos de disciplinas. Porém, ao lado de Línguas, o segundo grupo era constituído por Ciências e Filosofia e o terceiro, o de Artes, abrigava somente a disciplina de Desenho (BRASIL, 1942).

Criado em 1846, com a denominação de Liceu de Curitiba, após várias mudanças de localização e de nomenclatura, o Colégio Estadual do Paraná, denominação recebida desde 1943, mudou-se em 29 de março de 1950 para novo edifício, situado em Curitiba, capital paranaense, à Avenida João Gualberto, próximo à extensa área do Passeio Público. Embora a inauguração tenha ocorrido durante o governo de Moysés Lupion, a gestação do projeto se deu na gestão anterior, de Manoel Ribas, como atesta artigo publicado na imprensa local:

O Colégio Estadual do Paraná a ser construído em Curitiba, oferece as seguintes características: Edifício com 3 pavimentos em alvenaria com estrutura de concreto armado, contendo 38 salas, 4 laboratórios, 4 anfiteatros, salão nobre, biblioteca, salas para professores, salas para administração, instalações sanitárias, cantina, apresentando amplas galerias de circulação de fácil acesso às entradas e escadas. O projeto obedece aos requisitos higiênicos e pedagógicos mais modernos exigidos em prédios similares, notando-se extensa área coberta sob o prédio, ocupando quase todo o primeiro pavimento, arquitetura de linhas sóbrias e imponente. (REALIZAÇÕES..., O DIA, 1943, p. 2)

Entre 1947 e 1948, quando a Secretaria da Educação e Cultura foi criada e estruturada no Paraná, o CEP passou a ser considerado um de seus órgãos, tendo como competência, conforme o artigo 8º, servir de "centro-modelo" para os estabelecimentos de ensino secundário

3 Nossa discussão, centrada nas relações com as artes visuais, não inclui a análise sobre o ensino de Canto Orfeônico no CEP.

(STRAUBE, 1993, p. 106). Desta forma, as futuras instalações tinham como premissa a observação de requisitos higiênicos e pedagógicos considerados modernos, além do atendimento à crescente demanda de alunos para o ensino secundário.

A ideia de modernidade era igualmente expressa pela nova edificação do CEP (figura 1), que incluía salas de aulas amplas, laboratórios, anfiteatros, salão nobre, biblioteca, piscina olímpica, ginásio de esportes e um subsolo, ocupado em parte pelas salas de Trabalhos Manuais e posteriormente pela a Escolinha de Arte, abrigando também uma cantina, sala de transformadores e depósito. Para Correia (2004), em meio à arrojada modernidade arquitetônica do CEP, expressa pela concepção funcional e pela opção estética por linhas retas, dava-se a ver a nova perspectiva da educação com salas de leitura, auditório para atividades culturais permitindo grandes eventos musicais e teatrais, além dos ginásios esportivos. Se o olhar moderno contemplava obrigatoriamente a preocupação higienista com a ventilação e iluminação, por outro lado a criação de novos ambientes indicava um investimento em novos programas pedagógicos.



Figura 1. Colégio Estadual do Paraná. Década de 1950.

Fonte: Colégio Estadual do Paraná.

Em função dos novos espaços, diversas atividades poderiam ser programadas. Nesse sentido, a direção da época reformulou o organograma, abrindo mão de uma política administrativa

centralizadora em favor de uma estrutura que previa departamentos de docência, saúde, orientação educativa, educação física e desportos, social, de beneficência ao aluno, atividades culturais e artes ofícios (BOLETIM..., 1953); (STRAUBE, 1993). Entretanto, alguns sinais de permanência relacionada à materialidade e aos objetos utilizados na década anterior puderam ser notados, a exemplo do ensino do Desenho, questão que será objeto de análise mais adiante.

ESPAÇOS PARA O ENSINO DO DESENHO

Algumas fotografias de salas utilizadas para os ensinamentos de desenho e de trabalhos manuais dos primeiros anos de inauguração do CEP na década de 1950, na qualidade de testemunhas materiais, mostram os equipamentos e a diversidade de objetos que seriam parte do ensino daquelas disciplinas, vivenciado no CEP na década de 1950, revelando parte de sua materialidade. Estas imagens fazem parte de um grupo de fontes que, enquanto tais, “não são janelas escancaradas [...] nem muros que obstruem a visão” (GINZBURG, 2002, p. 44), configurando, não obstante, acessos para o diálogo sobre materialidades e educação. Enquanto imagens fotográficas, são vestígios de uma realidade e “indiscutivelmente um meio de conhecimento do passado, mas não reúnem em seu conteúdo o conhecimento definitivo dele”. (KOSSOY, 2001, p. 107). Contudo, dão pistas materiais importantes sobre o tratamento deste ensino.

De outro ponto de vista, estas imagens denotam o sentido da memória preservada. Karnal e Tatsch (2015) advertem que, ao se considerar um documento histórico, imediatamente se estabelece qual memória deve ser preservada pela história. No caso das imagens 2 e 3, que têm como tema salas de desenho, além do sentido de preservação, é possível perceber evidências de ambientes cuidadosamente organizados. Os objetos foram agrupados intencionalmente, e o enquadramento fotográfico mostra a diversidade de modelos, instrumentos e mobiliários ajustados aos diferentes conteúdos abordados. Enquanto as letras desenhadas no quadro negro (figura 2), com suas linhas estruturais e de cota, remetem ao desenho técnico, a presença de régua, esquadro e transferidores, apoiados na lousa (figura 3), faz alusão à prática do desenho geométrico. Já outros objetos, visíveis nas duas imagens, tais como poliedros (cones, pirâmides, cubos e esferas), animais

empalhados e bustos de gesso, evidenciam o trabalho com desenho de observação.



Figura 2. Sala de Desenho n.º 212
Fonte: Arquivo Público do Paraná



Figura 3. Sala de Desenho n.º 416
Fonte: Arquivo Público do Paraná

Conforme se pode observar na figura 4 e por meio de documentação relativa à década de 1940, analisada também por Zacarias (2013), já faziam parte da sala de desenho materiais

próprios, como modelos de gesso, compasso (canto inferior direito do quadro de giz), e pranchetas inclinadas, indicadas para esse tipo de atividade. As pranchetas da nova sede do CEP, dos anos 1950 (figuras 2 e 3), parecem ter sofrido um considerável aumento de dimensões, permitindo a realização de desenhos com dimensões maiores. Essa renovação de mobiliário com vistas ao funcionamento da nova sede do CEP contou com a contribuição de professores da cadeira de desenho como o artista plástico Guido Viaro, que atuava no CEP desde 1947, e que integrou a comissão especialmente constituída para esse fim (OSINSKI, 2008, p. 62; SECRETARIA..., 1941-1966).

A diversidade de materiais destinados ao ensino e aprendizagem do desenho, apresentada na figura 4, representa apenas uma pequena parte dos objetos da instituição. Além dos vários modelos em gesso, o livro de registro dos materiais da cadeira de desenho continha ainda outros elementos, como caveira de gesso, cachorro, dançarina, jarros, jarro de flores de diversas alturas, regador, cone, esfera, pirâmide quadrangular e prisma de madeira, três empalhados grandes de gavião, concha de cozinha, escumadeira, tigela, travessas de vários tamanhos, pratos, pires xícaras, caneca, coluna em madeira para modelos, um camelo, elefante, relevo de peixes, um braço, um pé, esquadro de madeira, régua T e um "álbum para conter os melhores trabalhos dos alunos", entre outros (GINÁSIO..., 1940, p. 7).



Figura 4. Sala de Desenho (detalhe). Álbum fotográfico "Antigo Ginásio Paranaense 1941".
Fonte: Centro de Memória-CEP.

Além das pranchetas, como se pode observar na figura 4, foram mantidos diversos materiais para as aulas de desenho, indicando a permanência de procedimentos metodológicos.

O espaço conferido à disciplina de desenho e o investimento considerável em móveis e equipamentos se justifica por sua presença “em todos os anos dos cursos ginásial e científico, constância essa que só acontece da mesma forma com disciplinas como a Matemática, o Português, a História e a Geografia” (OSINSKI, 2008, p. 63). A presença contínua do desenho nos currículos escolares comprova a importância a ele conferida, a qual se afirmava desde o século XIX, face ao avanço da industrialização no ocidente e à consequente necessidade de planejamento dos produtos de consumo. Em decorrência disso, conforme Osinski (2008), no âmbito da educação as discussões sobre os conceitos estéticos em função da produção de massa se convertiam na crença de que o domínio da linguagem do desenho era uma ferramenta básica para esse desenvolvimento industrial. O intuito era propiciar uma educação para o olho e as mãos, possibilitando ao trabalhador comum não só a realização de projetos, mas também a execução de suas tarefas com maior precisão.

O ensino do desenho, na condição de disciplina curricular, tinha como um de seus principais eixos a educação para o trabalho. Não obstante, no contexto paranaense, já naquele momento algumas experiências de caráter extracurricular se iniciavam, ocorrendo em espaços não formais e operando a partir de princípios diversos. A autora cita como exemplo as atividades conduzidas inicialmente pelo artista e professor Guido Viaro, desde 1937, e que culminaram mais tarde na criação no Centro Juvenil de Artes Plásticas, em 1953.

O Relatório dos Serviços de Inspeção do Colégio Estadual do Paraná do início da década de 1950, que conserva as referidas fotografias, guarda ainda a planta da sala de Desenho 429 (Figura 5). Esse documento, localizado do Arquivo Público do Paraná, foi expedido pela Inspeção de Ensino com a função de aprovar as novas instalações, objetos e mobiliários do colégio, bem como seu regimento interno.

Considerando, com Meneses (1998), que a cultura material se refere a todo segmento do universo físico socialmente apropriado, tal materialidade é reveladora do cotidiano escolar do ensino do Desenho e ajuda a entender as concepções daquele tempo. A observação

dessas fotografias e da planta, portadora de um detalhamento técnico com previsão também da iluminação, remete a uma questão elaborada por Ulpiano de Meneses (1998, p. 90): "que tipo de informação intrínseca podem os artefatos conter, especialmente de conteúdo histórico?" O autor atesta que seus atributos são apenas de natureza física, abrangendo elementos como forma, peso, textura e cor. Com isso, os sentidos estão circunscritos na produção, uso e circulação social desses objetos.



Figura 5. Sala de Desenho 429. Planta baixa.

Fonte: Arquivo Público do Paraná

A partir disso, da fotografia da sala 416 e da planta baixa (Figura 5⁴), com a disposição das 35 carteiras, emerge a dúvida sobre a possibilidade de executar, naquela disposição espacial, um desenho de observação, já que parece haver pouco espaço para mobilidade. Além do fato de as carteiras se encontrarem muito próximas uma das outras, faltaria o necessário distanciamento para que o objeto pudesse ser visualizado adequadamente pelos alunos

4 Conforme o Relatório, as salas eram idênticas e por isso a análise da sala 416 junto à planta da sala 429.

sentados na primeira fila. A organização frontal prejudicaria ainda o olhar dos alunos que estivessem situados mais atrás, tendo em vista a obstrução feita pelos colegas à sua frente. Uma alternativa favorável seria que os modelos estivessem posicionados no centro da sala, em uma mesa e as carteiras à volta. Isso seria possível se a sala apresentada estivesse organizada com um número menor de carteiras. Do contrário, é provável que os objetos fossem colocados na mesa do professor, mas os alunos que estivessem posicionados atrás poderiam ser prejudicados. Outra alternativa seria que as carteiras pudessem ser deslocadas de acordo com as atividades.

Entretanto, na ausência de um vestígio mais contundente da ação do professor de desenho naquele contexto, e imaginando que os sólidos que estão nas salas tenham de fato servido de modelos, do modo tal qual se apresentam na fotografia, por diversas aulas, o aluno da terceira fila da primeira coluna de carteiras, por exemplo, desenharia sempre do mesmo ponto de vista, a não ser que os alunos trocassem frequentemente de lugar. Supondo ainda, que o professor girasse o sólido a cada aula, mesmo assim a experiência é restritiva em relação à possibilidade que desenhar a partir de outro ponto de vista, com incidência diversa da luz e ângulos diferenciados.

No Relatório citado, dos primeiros anos de 1950, consta a descrição física detalhada do edifício do CEP. Nele, o item 37 descreve a sala de Desenho:

Conta o estabelecimento com 4 salas de Desenho, localizadas, 3 na ala masculina, no 2º, no 3º e no 4º pavimento (salas 212, 314 e 416) e uma na ala feminina, no 4º pavimento (sala 429). Área – Cada uma dessas salas tem área de 54,60 m². Iluminação – 17,63 m². Material de Desenho – As quatro salas são absolutamente idênticas, possuindo cada uma, 35 mesas individuais com pranchetas deslizantes e que permitem desenho de pé, sentado com a prancheta vertical e sentado com a prancheta horizontal. (COLÉGIO..., 1953, p. 344)

A prancheta deslizante, com possibilidade de mudança de ângulo em relação ao aluno praticante do desenho, pode ser considerada um móvel adequado e interessante, pois desenhar em pé mobiliza todo o corpo, deixando o braço mais livre para executar

os gestos. Além disso, a inclinação auxilia a evitar a deformação do desenho de observação, uma vez que o desenhista pode levantar e abaixar os olhos de modo menos brusco. Apesar de o relatório indicar a possibilidade de cadeiras, a planta e a fotografia (figura 2) mostram apenas a do professor. Desse modo, as imagens não oferecem subsídios definitivos para se afirmar se naquele período os alunos assistiam as aulas em pé ou sentados. Há também nesse documento a descrição dos materiais, muitos deles contidos nas referidas fotografias:

Em cada sala há régua, esquadros, compassos e todo o material necessário ao desenho do professor no quadro negro. Coleção de sólidos geométricos – Em gesso e em madeira envernizada, com dimensões variáveis entre 20 e 40 cm., compreendendo as seguintes variedades: 3 Cubos. 4 Paralelepípedos. 1 Prisma. 3 Cilindros. 4 pirâmides. 4 Cones. 2 Esferas. 2 Poliedros. 2 Troncos de Pirâmide. 2 Troncos de Cone. Coleção de motivos arquitetônicos – 17 variedades de modelos de gesso (gregas, frisas). Coleção de modelos anatômicos – 1 pé, 2 mãos, 12 bustos, 9 estatuetas. (COLÉGIO..., 1953, p. 345)

Os materiais expostos nessa relação da década de 1950 anunciam uma importância conferida à base instrumental desse ensino, que tem sua história vinculada às academias neoclássicas, indicando aí uma persistência de modelos. O desenho de observação a partir de modelos tridimensionais de gesso, geométricos ou não, era considerado nesse contexto exercício elementar de iniciação. De acordo com Barbosa (1978), o ensino de Desenho foi incluído nos anos 1800 no currículo no Seminário Episcopal de Olinda. A prática do desenho de observação, aliada ao desenho de modelo vivo em estágios mais avançados, foi bastante utilizada pela Missão Francesa, formada por um grupo de artistas e artífices franceses de orientação predominantemente neoclássica, responsáveis pela criação da Academia Nacional de Belas Artes. Mantendo-se ativo ao longo da primeira metade do século XX, tal método era ainda considerado imprescindível no aprendizado do desenho no período analisado, seja em academias de arte ou em no ensino regular.

Nesse sentido, para além da orientação neoclássica que os materiais descritos deixam ver, é preciso considerar com Gláucia Trinchão (2011) que a didática do ensino do Desenho no século XIX possuía também outras relações:

No caminho dos incentivos e propostas para a consideração e inserção do conhecimento em Desenho no âmbito escolar, surgiram diferentes vertentes para a compreensão e didática dessa disciplina, que estão expostas nos itens seguintes: a educação utilitária, de Comenius; a educação naturalista, de Rousseau; a educação humanista de práticas racionalistas de Pestalozzi; e, por fim, a educação naturalista voltada para a prática intuitiva, de Froebel. Nesse caminho, os critérios para o bom desempenho na arte do Desenho ora seguiam os propósitos da educação da visão e da mente, ora em busca da justeza do olho e da flexibilidade da mão, ora pela precisão do pensamento e da observação, ora de forma natural, por esta ser uma atividade inerente ao indivíduo. (TRINCHÃO, 2011, p. 5-6)

Desse modo, a manutenção do uso dos modelos parece ter não apenas uma motivação, mas um misto de propósitos que ao final levou em conta a priorização da observação no processo de ensino-aprendizagem.

Para os ensinamentos específicos, o artigo 24º do Regimento Interno de 1953 normatiza: “As sessões de Educação Física e as aulas de Canto Orfeônico, Desenho, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica serão ministradas de acordo com as normas federais próprias e em locais especialmente aparelhados para a prática respectiva” (COLÉGIO..., 1953, p. 6). O espaço para o ensino artístico parece ter sido garantido de várias formas pelos instrumentos legais da instituição.

Na presente análise consideramos a concepção de cultura escolar, uma ideia que ganha reforço nas ponderações de Viñao-Frago (1995, p. 69), quando afirma que “la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer⁵”. A partir disso se impõe outra

5 A cultura escolar é toda a vida escolar: fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e

questão: quais as ideias e modos de pensar o ensino de Desenho estavam subjacentes? Por certo havia um espaço privilegiado para este ensino. As salas eram abastecidas com uma diversidade material compatível com as ideias pedagógicas sobre o ensino do desenho e comparável às condições encontradas nas academias de arte. Tal comparação é, contudo, inadequada se considerarmos a organização do espaço da sala de aula para um ensino frontalizado, herança marcante do lugar da escola desde o século XIX (GUI VINCENT, LAHIRE Y THIN, 2001; BARRA, 2001), muito diferente dos ambientes de tais academias.

Em função da natureza de diferentes formas de ensino, em relação aos lugares e espaços onde são ensinados, algumas questões suscitam reflexão. Segundo Trinchão (2011), a inserção do saber em Desenho no espaço escolar público brasileiro do século XIX, desde as séries elementares, tinha remotas ligações com a didática intuitiva, que se relacionava com as ideias de pensadores de séculos anteriores, como Comenius, Rousseau, Pestalozzi, Froebel e Calkins em seu manual "Lição das Coisas". Basicamente, essas concepções de Desenho devendiam o aprendizado por meio da observação, imitar com perfeição, tornar o pensamento mais claro e servir como um acesso natural para a escrita.

A partir de 1957 a ambiência para o ensino do desenho passou a ocorrer não somente em sala de aula. Atividades artísticas de desenho e pintura foram possibilitadas e orientadas no espaço da Escolinha de Arte do CEP, oficialmente organizada por Lenir Mehl, ex-aluna e colaboradora de Guido Viaro em projetos educativos relativos à arte, dentro e fora da escola. Contudo, essas atividades, de caráter extracurricular, eram imbuídas de um pensamento de outra ordem, relacionado às correntes defensoras de livre-expressão e amparados na máxima de que arte não se ensina. Visavam, assim, "o desenvolvimento artístico e ao ajustamento emocional e social do educando através da auto-expressão" (MEHL, [196-], p. 2).

Nos anos que antecederam a organização da Escolinha de Arte, o CEP já pretendia oferecer uma ampla formação para seus alunos. Tais objetivos, expressos em seu Regimento Interno, asseguravam, por meio do artigo 227º, que o Departamento das Atividades Culturais teria por fim o aprimoramento da formação integral do aluno, oferecendo: aulas extracurriculares; biblioteca; teatro e

comportamentos, modos de pensar, dizer e fazer. (Tradução das autoras).

cinema; discoteca; imprensa escolar; orquestra; coro; emissora de rádio; agremiações escolares com fins científicos, literários, cívicos e artísticos; pequeno observatório astronômico (COLÉGIO..., 1953, p. 78). Desse modo, é provável que boa parte do ensino artístico extracurricular, que mais tarde viria a fazer parte da Escolinha de Arte, de certa forma já acontecesse nesse período.

TRABALHOS MANUAIS: SEÇÕES E ATIVIDADES DISTINTAS PARA MENINOS E MENINAS

Uma das disciplinas com as quais a disciplina de desenho, e mais tarde a Escolinha de Arte, parecem ter tido relações intrínsecas foi a de Trabalhos Manuais. As figuras 6 e 7 representam espaços desse ensino no início da década de 1950. Parte da sala de Trabalhos Manuais foi ocupada gradativamente, a partir de 1957, para o funcionamento da Escolinha de Arte: “no início, ocupava uma área de 16m², com atividades de Desenho e Pintura e, gradativamente, foi expandindo-se por todo o subsolo da ala par do CEP, onde funciona até hoje” (COLÉGIO..., [197-]).



Figura 6. Sala de Trabalhos Manuais. Colégio Estadual do Paraná. Década de 1950. Fonte: Arquivo Público do Paraná



Figura 7. Sala de Trabalhos Manuais – Oficina. Colégio Estadual do Paraná. Década de 1950.

Fonte: Arquivo Público do Paraná

Em relação às salas destinadas para o ensino de desenho, as salas de Trabalhos Manuais foram organizadas num espaço amplo, embora de pé direito mais baixo por se tratar do subsolo. A primeira sala (Figura 6), equipada com pranchetas, foi destinada à seção feminina e a segunda (Figura 7), configurada como oficina, à seção masculina. Pelo Regimento Interno, o ensino de Trabalhos Manuais ficava ao cargo do Departamento de Artes e Ofícios e as descrições referentes às salas que ocupavam a extensão da ala representada à esquerda (figura 6) foram apresentadas da seguinte forma no Relatório dos Serviços:

Acha-se dividida em duas secções, separadas por grandes armários com uma frente para cada secção e onde se acha guardado o material. A primeira secção com área de 111 m², consta de 36 carteiras idênticas às salas de Desenho, mesa e cadeira para o professor e

quadro negro. A segunda secção, a oficina propriamente dita, com área de 117,18 m², consta de 12 mesas para carpinteiro, com gavetas para ferramentas, 30 cavaletes e pranchetas para modelagem. Ferramentas e material: 12 grampos de carpinteiro; 3 Compassos; 5 Esquadros para carpinteiro; 1 Riscador; 6 Serrotes de diversos tamanhos; 2 Pacotes de serrinhas para cortar; 6 Formões de diversos tamanhos; 2 Alicates; 5 Plainas; 4 Martelos; 3 Chaves de fenda; 3 Limas chatas e 7 triangulares; 1 Grossa; 1 Tesoura para metal em folha; Lixa; Pregos e parafusos diversos; Madeira para trabalhos; Cartolina de várias cores e espessuras; Barro para modelagem; Arames de diversas grossuras; Tintas, vernizes, colas, etc. (COLÉGIO..., 1953, p. 346)

A partir dessa descrição é perceptível que somente a sala da segunda seção era equipada com materiais necessários às práticas a serem desenvolvidas nos Trabalhos Manuais. A sala da primeira seção seguia a matriz mobiliária da sala do Desenho e do ensino frontalizado, com carteiras enfileiradas em direção ao quadro negro. Ainda que para os meninos estivessem previstos trabalhos de carpintaria, por exemplo, as meninas se ocupariam de crochê, bordados, costura e outras prendas domésticas. Dessa forma, não seria necessário para elas um espaço de oficina, tampouco equipamentos, pressupondo-se que os materiais (fios, linhas, tecidos, etc.) seriam de sua responsabilidade. Entretanto, o ambiente da sala de aula da seção feminina parece mais uma adaptação a partir das concepções pensadas para o trabalho com o desenho, não parecendo ter sido pensado especificamente para aquelas atividades.

Ensino simultâneo e controle são temas presentes na discussão histórica sobre materialidade escolar e métodos do século XIX. Comparando análises de alguns autores (Araújo, 2011; Barra, 2001), sobre tais temas com a justificativa material das salas no Relatório de Inspeção, é possível perceber indícios de controle e ensino simultâneo no espaço organizado na seção feminina dos Trabalhos Manuais – Economia Doméstica.

No referido documento há poucas pistas sobre os materiais que seriam usados nessa seção feminina. Contudo, outros aspectos prescritos podem ser percebidos no artigo 230º do Regimento Interno que aponta finalidades como: despertar e desenvolver o gosto do

aluno por atividades manuais, contribuindo para sua orientação vocacional; proporcionar ao aluno a ambiência sadia e recomendável para ocupar suas horas de lazer. (COLÉGIO..., 1953, p. 79)

Para atingir tais finalidades o artigo 231º normatiza o que o Departamento das Artes e Ofícios deveria manter para os alunos de ambos os ciclos: uma seção de mecânica, serralheria e metalurgia; uma seção de marcenaria e carpintaria; uma seção de aerodelismo; uma seção de rádio e eletrotécnica; uma seção de arte tipográfica e encadernação. Para as alunas de ambos os ciclos: uma seção de artes culinárias; uma seção de costura e bordado e trabalhos de agulha em geral; uma seção de prendas domésticas. (COLÉGIO..., 1953, p. 79)

Os materiais necessários às aulas da seção feminina, denominada Economia Doméstica, só podem ser supostos pelas atividades descritas no artigo 231º, mas a ausência de uma relação de materiais no Relatório de Inspeção não significa necessariamente que estes não tenham sido adquiridos pelo Colégio ou que parte se tratasse de materiais pessoais. Não obstante, a imagem de uma sala vazia e de configuração relativamente genérica aponta para a diferença de tratamento no que se refere ao investimento para os diferentes sexos.

É preciso notar também que as dez seções previstas para as aulas dos meninos eram em maior número do que as quatro seções destinadas às meninas. Além disso, as dos meninos tinham relação direta com o mundo do trabalho caracteristicamente masculino. Por outro lado, as atividades relativas à Economia Doméstica poderiam até resultar em trabalhos remunerados como o de cozinheira, bordadeira ou costureira, porém eram predominantemente ligados às atividades da vida da mulher no lar, visto que entravam no grupo de "prendas domésticas".

Essas determinações estavam em consonância com a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, que destinava quatro prescrições especiais para o ensino secundário feminino. Entre elas, uma das indicações era para que os estabelecimentos frequentados por homens e mulheres providenciassem classes exclusivamente femininas. Para as alunas ficava prescrita, por meio do artigo 25, a inclusão da disciplina de Economia Doméstica na terceira e na quarta séries do curso ginásial, assim como em todas as séries dos cursos clássico e científico. A evidente relação entre o papel da referida

disciplina e a vida doméstica podia ser percebida na indicação de que “a orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar” (BRASIL, 1942).

Uma das finalidades a que se propôs o Departamento de Artes e Ofícios e que conseqüentemente marcaria de uma forma ou de outra os Trabalhos Manuais era o exposto pelo artigo 230: “proporcionar ao discente ambiência sadia e recomendável para ocupar suas horas de lazer” (REGIMENTO INTERNO, 1953, p. 49). É interessante notar que, de maneira similar, a preocupação com o tempo ocioso do aluno também esteve presente no final dos anos 1950, no âmbito da Escolinha de Arte do CEP, que priorizando a formação integral do aluno, colocou-se como uma opção nesse sentido, já que era “frequentada pelos alunos que por qualquer eventualidade estejam desocupados das aulas curriculares ou no recreio grande quando todas as atividades recreativas⁶ do Colégio funcionam” (MEHL, [196-], p. 2). A pretensão de ocupação, pela instituição, do tempo livre do estudante, visto como algo negativo ou perigoso, expressa uma determinada forma de lidar com o tempo escolar e com a formação extracurricular do aluno naquele momento.

Entre as décadas de 1920 e 1960, o ensino de Trabalhos Manuais era tão difundido e de tamanha importância que ações em prol de uma ampliação na formação para o trabalho tentavam consolidá-lo cada vez mais no sistema educacional estadual. Esse tipo de atividade fazia parte, desde a década de 1920, de um rol de atribuições da escola, que tinham a função de contribuir para a construção de uma nação saudável, ordeira e laboriosa com vistas ao progresso e à modernidade (HOELLER; DAROS, 2014). Nesse sentido, alguns autores se dedicaram a escrever livros que fundamentassem esse tipo de ensino. Um dos mais conhecidos foi o de autoria do professor Corinto da Fonseca, intitulado *A Escola Ativa e os Trabalhos Manuais*, que constituiu o volume 8 da Biblioteca de Educação, organizada pelo professor Lourenço Filho (FONSECA, 1929). Na visão do autor, que defendia a Escola Ativa em oposição àquela que considerava estática, antiga e passiva, os Trabalhos Manuais faziam parte de todas as matérias, como um meio didático, uma metodologia por excelência da Escola Ativa, representando mais

6 As demais atividades recreativas seriam esportes em geral, laboratórios, biblioteca, por exemplo.

uma tarefa mental, do que uma tarefa material (FONSECA, 1929, p. 26). Embora criticasse a Escola Nova, afirmava que “o campo de aplicação dos trabalhos manuais abrange, porém, outras matérias, todas as matérias do programa, [...] servindo como meio para tornar mais eficiente o ensino de qualquer delas” (FONSECA, 1929, p. 36).

O uso de determinadas disciplinas como auxiliares de outras também foi algo que ocorreu na Escola Nova. Segundo Barbosa (2001, p. 143), houve uma interpretação equivocada dos educadores brasileiros em relação à ideia original de John Dewey da arte como experiência consumatória. Nessa compreensão, a arte, vista sob um aspecto instrumental, seria uma ajuda para a formação do conceito, assim como fase final de uma experiência, servindo como uma ferramenta para auxiliar os alunos a fixar o conteúdo de um dado estudo.

De todo modo, a crença de Corinto da Fonseca era de que os Trabalhos Manuais teriam o efeito na educação de um treino para a vida, no cultivo de aspectos morais, intelectuais e psicológicos. É que nesse treino, a vida poderia ser experimentada por meio do movimento e da realização. Os Trabalhos Manuais foram tratados como matéria nas escolas regulares, aproximadamente entre as décadas 1920 e 1960, estendendo-se em muitas escolas até os anos de 1970. No caso do Colégio Estadual do Paraná, sua prática foi, de certa forma, condicionada pelas configurações espacial, de mobiliário e equipamentos disponíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da observação das fotografias, do Regulamento e do Relatório de 1953, de notícias da época e do diálogo base teórica selecionada foi possível perceber algumas imbricações entre materialidade, cultura escolar e ideias pedagógicas no ensino do Desenho e dos Trabalhos Manuais na década de 1950 no contexto do Colégio Estadual do Paraná.

Algumas evidências expressas em relatórios e fotografias levam a crer que os materiais existentes na sala de Desenho dos anos 1950, da nova sede do CEP, foram mantidos similarmente aos da década de 1940, anunciando de certa maneira, uma permanência da metodologia anteriormente empregada, malgrado as intenções de renovação expressas pelo projeto de mudança de sede.

Enquanto a materialidade das salas de Desenho aponta para o ensino de orientação acadêmica, inspirado nas metodologias que tiveram origem no neoclassicismo, os indícios materiais das salas de Trabalhos Manuais apontam para uma vivência e aprendizado divididos, entre os gêneros masculino e feminino, de acordo com os preceitos da Lei Orgânica do ensino secundário. No ensino direcionado às meninas, a orientação legal era nitidamente voltada para o ambiente e afazeres do lar. Já para o ensino dos meninos, que poderiam usufruir de uma sala com disposição mais dinâmica, provida de variados móveis e diversas ferramentas, as indicações são de uma realidade de aprendizado da manufatura, sob uma concepção mais voltada à formação para o trabalho e à construção de uma nação produtiva e próspera, conforme os ideais então propagados.

Eternizados pelas imagens fotográficas produzidas com objetivos de documentação, mas também de produção de uma memória, os espaços, equipamentos e materiais destinados ao ensino então classificado como artístico revelam um pouco de suas peculiaridades, contribuindo para o debate educacional daquele período.

SPACE AND MATERIALS FOR THE TEACHING OF DRAWING AND MANUAL WORKS: THE CASE OF THE COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ (DECADE 1950)

ABSTRACT

This article deals with the organization of space, furniture and materials related to artistic teaching in the context of the subjects of Design and Handicrafts, included in the curriculum of the Colégio Estadual do Paraná (CEP) in the 1950s. To analyze the relationship of these teachings with the materialities associated with them, we use the School Culture perspective through dialogue with Viñao Frago, Guy Vincent, Bernard Lahire and Daniel Thin. As sources, we used institutional documents, photographs, architectural plans and newspaper articles were used. In view of the appreciations made, it was possible to perceive imbrications between materiality, school culture and pedagogical ideas in the context in focus.

Keywords: School Culture. Drawing teaching. handwork; Colégio Estadual do Paraná.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, R. M. M. O ensino da arte em uma escola de mulheres. In: Barbosa, A. M. *Ensino da arte: entre memória e história*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BARBOSA, A. M. T. B. *Arte-Educação no Brasil: das origens ao modernismo*. São Paulo: Perspectiva; Secretaria da Cultura, Ciências e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.
- BARBOSA, A. M. T. B. *John Dewey e o ensino da arte no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- BARRA, V. M. L. *Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola pública paulista do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Ciências Humanas e Educação, PUC/USP, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://seminarioculturamaterialescolar.blogspot.com.br/2012/06da-pedra-ao-p-o-itinerario-da-lousa-na.html>. Acesso em: 13 jun. 2018.
- BOLETIM DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO PARANÁ. *A administração do Colégio Estadual do Paraná*. Ano III, nº 12, maio/dez. 1953. p. 209-216
- BRASIL. *Decreto-Lei N. 4.244 de 9 de abril de 1942*. Lei orgânica do ensino secundário, 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14244.htm. Acesso em: 13 dez. 2018.
- CORREIA, A. P. P. *História e arquitetura escolar: os prédios escolares públicos de Curitiba (1943-1953)*. 179 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Ciências Humanas e Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- COLÉGIO Estadual do Paraná. *Relatório dos Serviços de Inspeção do Colégio Estadual do Paraná*. Arquivo Público do Paraná, Curitiba, 1953.
- COLÉGIO Estadual do Paraná. *Histórico da Escolinha de Arte*. Curitiba, [197-].
- FONSECA, C. *A escola ativa e os trabalhos manuais*. Biblioteca de Educação. v. 8. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1929.
- FRAGO, A. V. El espacio y el tempo escolares como objeto histórico. *Contemporaneidade e Educação*, n.7, Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Históricos da Cultura Escolar, 2000. p. 93-110
- FRAGO, A. V. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. (1995,). *Revista Brasileira de Educação*, p. 63-82, set./ou.t/nov./dez. 1995. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDEO/RBDEO_06_ANTONIO%20VINAIO_FRAGO.pdf. Acesso em: 03 nov. 2018.
- GINÁSIO Paranaense. *Livro registro de todo material da cadeira de Desenho*, 1940. 50 fls.
- GINZBURG, C. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOELLER, S. A. O.; DAROS, M. D. Trabalhos manuais no ensino primário e no ensino profissional para a construção da nação laboriosa: proposições de Orestes Guimarães e Corinto da Fonseca – Brasil, anos de 1920. In: *X ANPED SUL*, 2014, Florianópolis, 2014. p. 1-15. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1324-0.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

KARNAL, L.; TATSCH, F. G. A memória evanescente. In: Pinsk, Carla Bassanezi; Luca, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015.

KOSSOY, B. *História & Fotografia*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MEHL, Lenir. *Relatório*. Sobre a Escolinha de Arte do Colégio Estadual do Paraná. Curitiba, [196-] Documento manuscrito.

MENESES, U. T. B. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.

OSINSKI, D. R. B. *A modernidade no sótão: educação e arte em Guido Viaro*. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

REALIZAÇÕES do governo do Sr. Manoel Ribas: síntese de um programa grandioso. *O Dia*, Curitiba, 21 maio, 1943. p. 2

SECRETARIA de Educação e Cultura do Estado do Paraná. *Cadastro geral do pessoal – Guido Viaro*. Curitiba, 1941-1966.

STRAUBE, E. C. *Do Licêo de Curitiba ao Colégio Estadual do Paraná: 1846-1993*. Curitiba: Fundepar, 1993.

TRINCHÃO, G. *O saber em desenho e a didática intuitiva: primeiro a coisa, depois a sua significação*. In: VI CBHE, Vitória, 2011. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_454.htm. Acesso em: 02 jun. 2018.

VEIGA, C. G. Cultura material escolar no século XIX em Minas Gerais. In: *I CBHE*, Rio de Janeiro, 2000. p. 1-9. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/040_cynthia.pdf. Acesso em: 20 mai. 2018.

VINCENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. Tradução: Vidal, D. G.; Silva, V. L. G.; Barra, V. M. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.33, p. 7-47, jun. 2001.

ZACARIAS, M. R. Espaços e processos educativos do Ginásio Paranaense: Os ambientes especializados e seus artefatos (1904-1949). *Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, UFPR*, 2013. Disponível em: http://www.ppe.ufpr.br/dissertacoes%20m2013/m2013_Mariana%20Rocha%20Zacharias.pdf. Acesso em: 12 fev. 2019.

Recebido em Agosto 2018

Publicado em Julho 2019